

**Patriotas, mães e esposas: um estudo da representação das mulheres nos
periódicos estudantis em São Paulo (1889-1930)**

*Patriots, mothers and wives: a study of women's representation in student journals in São
Paulo (1889-1930)*

Renata Marcílio Cândido¹
Milena Cacau de Carvalho²

Resumo

O artigo em tela apresenta os resultados da pesquisa realizada sobre a participação das mulheres nas organizações estudantis do ensino superior e profissionalizante no Estado de São Paulo entre o final do século XIX e o início do século XX. Para o desenvolvimento desta pesquisa, foi feito o levantamento dos periódicos produzidos por esses órgãos/associações; em seguida, empreendeu-se a análise temática desses documentos buscando identificar a participação das mulheres nesses colegiados, tanto de forma ativa assumindo cargos e autoria de textos, quanto de maneira indireta, sendo citadas nos artigos e na própria existência de “colunas femininas”. Desse modo, através das fontes documentais e bibliográficas, foi possível estabelecer duas categorias de análise: 1) textos produzidos sobre as mulheres 2) textos produzidos pelas mulheres, mas não necessariamente destinados a elas. Percebe-se que ao mesmo tempo em que as organizações estudantis eram incorporadas ao discurso de consolidação de espaços democráticos que ascendiam no contexto histórico e social, foram também palco de reproduções de valores e identidades ditas masculinas e/ou femininas.

Palavras-chaves: História das estudantes; Associações e grêmios estudantis; Periódicos educacionais.

Abstract

The present article presents the results of the research carried out on the participation of women in student organizations of higher and professional education in the State of São Paulo between the end of the 19th century and the beginning of the 20th century. For the development of this research, a survey was made of the periodicals produced by these bodies / associations, then, the thematic analysis of these documents was undertaken, seeking to identify the participation of women in these collegiate bodies, both actively assuming positions and authoring texts, as in an indirect way, being cited in the articles and in the very existence of “female columns”. Thus, through documentary and bibliographic sources, it was possible to establish two categories of analysis: 1) texts produced about women 2) texts produced by women, but not necessarily intended for them. It can be seen that at the same time that student organizations were incorporated into the discourse of consolidating democratic spaces that ascended in the historical and social context, they were also the stage for reproductions of so-called male and/or female values and identities.

Keywords: History of students, Student associations and unions, Educational journals.

¹ Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Departamento de Educação da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (EFLCH) da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). E-mail: remarcilio@gmail.com

² Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal de São Paulo e bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). E-mail: mlenenacacaudcarvalho@gmail.com

Recebido em 25 de abril de 2020. Aprovado em 05 de junho de 2020.

A mulher, a esfera pública e os grêmios e associações estudantis³

A emersão civil da mulher no Brasil ganhou visibilidade entre a virada do século XIX para o século XX, e teve como grande fator influenciador a instauração da Primeira República e, por consequência, os movimentos políticos e sociais que ansiavam pela “[...] (re)construção da nação, então forjada pelo progresso e pela ordem”. O discurso oficial deixava patente a necessidade de construir uma “imagem do país que afastasse seu caráter marcadamente colonial, atrasado, inculto e primitivo” (LOURO, 2004, p. 371). Cabe destacar que, de acordo com Chartier (1990), as representações sociais são construídas com aspiração à universalidade, mas, na verdade, cumprem interesses particulares dos grupos que as forjam, por este motivo as percepções do social não são discursos neutros, mas são textos que produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas (CHARTIER, 1990).

Segundo Louro (2004), o Brasil caminhava para o século XX e, apesar das medidas tomadas pelo Império ao longo do século XIX, grande parte da população continuava analfabeta. Nesse processo, o analfabetismo foi situado como marca da inaptidão para o progresso e “erigido como inimigo maior a ser vencido pela sociedade brasileira, tendo motivado um verdadeiro combate cívico, conduzido, por exemplo, no horizonte mais amplo das ligas nacionalistas, criadas durante a década de 1910” (SCHUELER; MAGALDI, 2009, p. 46). As movimentações em torno da modernização do país apresentavam de forma recorrente a escola como caminho para transformação do homem comum. Deste modo, os reformadores republicanos projetavam na educação a chave para solucionar os “problemas” nacionais e alcançar o progresso da nação.

Proclamada a República, a escola foi, no Estado de São Paulo, o emblema da instauração da nova ordem, o sinal da diferença que se pretendia instituir entre um passado de trevas, obscurantismo e opressão, e um futuro luminoso em que o saber e a cidadania se entrelaçariam trazendo o Progresso (CARVALHO, 2003, p. 23).

Cabe lembrar que as primeiras iniciativas do Estado dirigidas à instrução pública remontam ao início do Brasil Imperial, por exemplo, por meio do decreto de Lei de 15

³ A pesquisa contou com o financiamento de uma bolsa de Iniciação Científica do CNPq entre os anos de 2017 e 2019.

de outubro de 1827 outorgado por Dom Pedro I, que regulamentava a instrução nas províncias do Império. A lei tratou do aumento da criação de escolas de primeiras letras, do levantamento do número de escolas existentes nas províncias, da remuneração e admissão de professores, do currículo mútuo e das escolas para as meninas (ZICHIA, 2008). Tais movimentações relacionadas ao interesse pela instrução pública e a difusão do ensino mútuo refletem, como escrevem Trindade e Menezes (2009), os processos de transformação social e cultural que atingiram os países do Ocidente entre os séculos XIX e XX: “[...] estava fincada a ideia da necessidade de alargar as possibilidades de acesso a um número cada vez maior de pessoas às instituições educacionais e às práticas civilizatórias” (TRINDADE; MENEZES, 2009, p. 129).

No Império, o acesso feminino à escolarização a partir das escolas de primeiras letras e ao mercado de trabalho formal por meio do magistério significaram, segundo Rabelo, Costa e Martins (2015, p.3) um grande “[...] passo para a emancipação feminina no processo educativo e no espaço público”, ainda que de acordo com a lógica patriarcal e maternal. Não havia “por meio das elites educacionais uma preocupação com a instrução profissionalizante da mulher” (*idem*, p.3). A educação das primeiras letras, fornecida pelo Estado, foi posta como requisito à modernização. Nela, como apontam Lajolo e Zilberman (2001), à ascensão da mulher - tanto como professora quanto aluna - se conferia como instrumento para a consolidação das políticas sociais: “A escola seria consolidada como segundo lar, e a professora, caracterizada pelo ‘instinto’ maternal, seria tão doce e severa tal qual na educação de seus próprios filhos.” (LAJOLO; ZILBERMAN, 2001, p. 836).

[...] a educação feminina acompanhava o movimento da lógica estabelecida das mulheres que deveriam tornar-se: boas esposas/mães educadoras formadoras de futuros cidadãos. E como professoras essas mulheres teriam a possibilidade de se inserirem no espaço público (RABELO; COSTA. MARTINS, p.2).

Quanto ao currículo, este refletia o que se esperava socialmente - baseando-se na moral cristã - dos homens e das mulheres. Ou seja, além de instruir tecnicamente, cabia à escola fornecer a educação moral e religiosa. Para os meninos, ensinados por professores homens, o artigo 6º do decreto de 1827 definiu para o currículo o ensino da leitura, da escrita, das operações aritméticas, das nações, da geometria, da gramática, e os princípios da moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana. Para as meninas, ensinadas por “mestras”, definiu-se um currículo semelhante, sem os

conteúdos da geometria e a inclusão de matérias relacionadas às tarefas domésticas (FILHO, 2016, p. 66).

A partir da proclamação da República, o papel das mulheres no mercado de trabalho continuou a se transformar e sua presença na área da educação passou a ser predominante. Segundo Louro (2004): “esse movimento daria origem a uma ‘feminização do magistério’ – também observado em outros países, fato provavelmente vinculado ao processo de urbanização e industrialização que ampliava as oportunidades de trabalho para os homens” (p. 376). Entretanto, a inserção feminina no magistério foi acompanhada de críticas e práticas que sempre entendiam as mulheres como naturalmente maternais e, nesse sentido, tais “aspectos maternais”⁴ contribuíram para a consolidação da ideia de que essa profissão seria, sobretudo, melhor desempenhada por mulheres.

Tal ideal abarcava conceitos que atribuíam à mulher uma espécie de “instinto maternal”, perfeita para os deveres domésticos. Desse modo, para além do magistério, as mulheres passaram a ser vistas como competentes apenas para uma espécie de “[...] ocupação transitória, a qual deveria ser abandonada sempre que se impusesse a verdadeira missão feminina de esposa e mãe” (LOURO, 2004, p. 379). Neste sentido, outras profissões além do magistério passaram a ser “próprias” para as mulheres, como por exemplo, a enfermagem. Assim, os trabalhos profissionais dos quais as mulheres se ocupavam nesse final de século XIX eram os quais demandavam certas “[...] características femininas de cuidado, sensibilidade, amor, vigilância etc.” (LOURO, 2004, p. 379) e que, posteriormente, foram se diversificando para outras áreas,

A educação feminina ganhou então a coberta necessária para a sua entrada sem volta para o mundo público, não somente como respostas às necessidades criadas com o capitalismo e a república brasileira, mas, sobretudo como forma questionadora de seu papel enquanto cidadã e agente histórico, capaz de revelar suas próprias inquietações além do privado (RABELO; COSTA e MARTINS, 2015, p. 4).

Percebe-se que, ao longo da história, as instituições escolares vivenciaram constantes modificações e adequações diante dos processos e necessidades civilizatórias impulsionadas pela modernização e pelo “progresso nacional”. Dentre as adequações se

⁴ Pedagogistas como Rousseau, Froebel e Pestalozzi, para citar alguns, assinalam em seus estudos, de forma mais ou menos incisiva, a relevância de se entregar a educação das crianças bem pequenas às mulheres, que imbuídas dos seus instintos maternais, realizariam uma atividade educativa mais amorosa, suave, efetiva e menos rigorosa se comparadas aos homens. Tratava-se da organização de um novo discurso sobre o método e as práticas de ensino associadas ao processo de feminização do magistério. (CHÂTEAU, 1978).

encontraram as mudanças provocadas pelas transformações relacionadas às representações de gênero na sociedade que, por conseguinte, refletiram diretamente na escola:

[...] a história da educação das mulheres foi marcada pela exclusão e, posteriormente (bem recentemente), pela inclusão com segregação. Elas só conquistaram o direito à educação com a instituição da escolarização compulsória, no século XIX, mas foram incluídas em escolas, classes, ramos do ensino ou áreas curriculares separadas – caneta para os meninos, agulha para as meninas. No século XX, generalizou-se a coeducação no sistema público de educação básica de muitos países ocidentais e, finalmente, com a luta feminista pela igualdade dos sexos, desapareceram as barreiras formais ao acesso das mulheres a quaisquer cursos superiores, porém persistem trajetórias diferenciadas por sexo e gênero na educação profissional e superior, e no mercado de trabalho. (CARVALHO, 2010, p. 238)

Segundo Louro (1997), as práticas escolares, entendidas por nós como todas as ações relacionadas à *cultura escolar*, ou seja, os saberes e o saber fazer, hábitos e atitudes que não pertencem propriamente à escola ou às pessoas da escola, mas que ultrapassam a formalidade do sistema de ensino, podem ser compreendidas em um processo “generificado”, ou seja, como uma prática social que é constituída e constituinte dos gêneros. Desta forma, baseando-se na autora, entendemos o “processo de generificação” como uma construção social feita sobre as diferenças sexuais. Portanto, percebe-se a escola,

como um espaço social que foi se tornando, historicamente, nas sociedades urbanas ocidentais, um locus privilegiado para a formação de meninos e meninas, homens e mulheres é, ela própria, um espaço generificado, isto é, um espaço atravessado pelas representações de gênero. (LOURO, 1997, p. 77)

Os grêmios escolares fazem parte da cultura escolar que ultrapassa o sistema de ensino e seus programas curriculares e, de acordo com Perrenoud (1995), ao serem implementados nas instituições de ensino, ganham contornos particulares capazes de indicar o lugar ocupado pela escola e seus ensinamentos em um determinado contexto político e social. Desta forma, o estudo dos grêmios estudantis, de sua genealogia e das práticas dos estudantes em seu âmbito se beneficia do conceito de *cultura escolar* como possibilidade de investigação das instituições de ensino pela análise das representações e dos conteúdos ensinados e das práticas escolares, além de possibilitar a compreensão do contexto cultural da época e do local em que a instituição de ensino está inserida. Concebidos dessa forma, os grêmios estudantis são capazes de formar e conformar práticas sociais que refletem as condutas políticas do espaço em que atuam. Ao tratar da desempenho e participação das mulheres nas organizações estudantis a partir do estudo

histórico da emergência feminina no contexto cível no mercado de trabalho, é possível compreender, de forma vinculada, o processo de *dominação masculina*⁵ e de *generificação*.

Dos modos de produção da pesquisa: as estudantes nas páginas das revistas

Com o objetivo de compreender qual representação de mulher, estudante, profissional e cidadã estava sendo forjada no contexto social do final do século XIX e início do XX, empreendeu-se em um primeiro momento da investigação o levantamento dos periódicos (folhetins, revistas e publicações) produzidos pelos órgãos e associações discentes para, em seguida, selecionar aqueles que melhor se relacionariam com o enfoque do estudo. O levantamento inicial foi feito por meio da consulta ao catálogo organizado pelas autoras Denice Catani e Cynthia Souza (1999), intitulado “Imprensa Periódica Educacional Paulista (1890 – 1996)”, e ao catálogo organizado pela autora Heloísa Faria Cruz (1997), intitulado “São Paulo Em Revista: Catálogo de Publicações da Imprensa Cultural e de Variedades Paulistana (1870 – 1930)”. Além da utilização dos catálogos citados, foram consultados os acervos de periódicos digitais: Repositório Digital do Arquivo do Estado de São Paulo (AESP) e Biblioteca Nacional Digital (BND). Além desses procedimentos, conversamos também com funcionários responsáveis pela manutenção e organização dos três acervos físicos visitados no decorrer da pesquisa (Hemeroteca, Arquivo do Estado de São Paulo e Biblioteca Mario de Andrade, todas em São Paulo) em busca de mais documentos pertinentes à pesquisa.

De acordo com Catani e Bastos (1997), a imprensa pedagógica constitui-se um instrumento de fundamental importância para a análise da escola, da profissão docente e dos elementos constituintes dos processos educativos, sendo considerada um *corpus* documental de amplas dimensões, um testemunho vivo dos métodos e concepções pedagógicas de uma época e da ideologia moral, política e social de um grupo profissional:

[...] jornais, boletins, revistas, magazines – feitas por professores para professores, feitas para alunos por seus pares ou professores, feitas pelo Estado ou outras instituições como sindicatos, partidos políticos, associações de classe, Igrejas – contêm e oferecem muitas perspectivas para a compreensão da história da educação e do ensino. Sua análise possibilita avaliar a política das organizações, as preocupações sociais, os antagonismos e filiações ideológicas, além das práticas educativas e escolares.(...). É um

⁵ BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bestbolso, 4ª ed., 2017.

excelente observatório, uma fotografia da ideologia que preside. Nessa perspectiva, é um guia prático do cotidiano educacional e escolar, permitindo ao pesquisador estudar o pensamento pedagógico de um determinado setor ou de um grupo social a partir da análise do discurso veiculado e da ressonância dos temas debatidos, dentro e fora do universo escolar (CATANI; BASTOS, 1997, p. 2).

Desta forma, a imprensa pedagógica possibilita ao pesquisador a análise e reflexão das experiências, opiniões e expectativas dos diversos atores, bem como da comunidade externa à instituição de ensino, seus valores e preceitos. Portanto, a utilização de produções estudantis como fonte de estudo para objetos relacionados à educação nos fornece informações tanto sobre a cultura da escola como também dos vestígios e das representações sobre as práticas cotidianas dos sujeitos que a constituem.

[...] é preciso refletir sobre nossos procedimentos e os modos como lidamos com a imprensa em nossa prática de pesquisa para não vê-la como um espelho ou expressão de realidades passadas e presentes, mas como uma prática social constituinte da realidade social, que modela formas de pensar e agir, define papéis sociais, generaliza posições e interpretações que se pretendem compartilhadas e universais. Como expressão de relações sociais, a imprensa assimila interesses e projetos de diferentes forças sociais que se opõem em uma dada sociedade e conjuntura, mas os articula segundo a ótica e a lógica dos interesses de seus proprietários, financiadores, leitores e grupos sociais que representa. (MACIEL, 2004, p. 15 *apud* FRAGA, 2012, p.21)

Considerando o potencial da imprensa periódica educacional para o tratamento do tema escolhido para análise, a participação feminina nos grêmios estudantis, selecionamos, a partir do levantamento nos acervos 35, periódicos de organizações escolares relacionadas aos estudantes de instituições escolares ginasiais e de instituições de ensino superior ou profissionalizante do estado de São Paulo. Destes, 21 sendo de estudantes ginasiais e 14 de estudantes de ensino superior, normal ou profissionalizante. A sistematização dos títulos encontra-se nas tabelas abaixo:

Tabela 1 – Periódicos de estudantes ginasiais

TÍTULO	DESCRIÇÃO
Alvorada, A (1909)	Órgão Grêmio Literário dos alunos do Ginásio Sílvia de Almeida
Alvorada (1928)	Revista do Collegio Paulista
Aprendiz, O (1902-1903)	Orgam litterario do Hydecroft College
Aspirante, O (1889)	Publicação dos alunos do Externato Santo Antônio
Atheneu Paulista, O (1894)	Publicação dos alunos do Atheneu Paulista
Aurora, A (1903)	Orgam dos Alunos do Instituto Silvio de Almeida
Beija-flor, O (1899)	Orgam da Escola Modelo Prudente de Moraes
Certamen, O (1908)	Orgam do Gymnasio Anglo Brasileiro
Condor, O (1903)	Publicação produzida pelo Gymnasio Diocesano
Escola, A (1904)	Orgam dos Alumnos da Escola Maçonica Eduardo Vautier
Estudo, O (1920-1929)	Revista de Educação e Ensino Órgão dos Alumnos do Gymnasio Anglo-Latino Órgão dos Corpos Docente e Discente do Gymnasio Anglo Latino
Gymnasial, O (1909)	Orgam dos Gymnasianos de São Paulo
Idea, A (1910)	Órgão humorístico, literário e noticioso dos alunos do Gymnasio Macedo
Instituto, O (1903)	Órgão oficioso do Instituto de Sciencias e Letras do Gymasio de São Paulo
Jurity, A (1904)	Publicação das alunas do 2º ano da Escola Complementar Caetano Campos
Libertas (1902)	Jornal literário e noticioso feito por um grupo de estudantes do Instituto de Ciências e Letras
Lyceu (1916)	Annuario do Lyceu Salesiano do Sagrado Coração de Jesus
Pátria! (1905)	Orgam do Gremio de Lettras “Ruy Barboza”
Patriota, O (1899)	Orgam do lunos litterario Alvares de Azevedo do Instituto de Ciências e Letras
Porvir, O (1902)	Orgam dos lunos externos do Instituto de Sciencias e Letras
Verruma, A (1915)	Orgam Crítico e Humorístico do Primeiro Anno do Gymnasio do Estado

Tabela 2 – Periódicos de estudantes de instituições superiores

TÍTULO	DESCRIÇÃO
Acadêmico, O (1911)	Orgam Scientifico e Litterario dos alunos da Faculdade de Direito de São Paulo
Bomba, A (1908)	Publicação dos alunos da Faculdade de Direito de São Paulo
Crysol, O (1904)	Jornal da Associação do Caloiros Normalistas
Época, A (1903)	Orgam do Circulo Jurídico Acadêmico (Faculdade de Direito do Largo São Francisco)
Estimulo, O (1907 – 1911)	Revista Literaria da Escola Normal
Estimulo, O (1914)	Revista do Grêmio Normalista 2 de Agosto
Fanfarra, A (1911 – 1912)	Folha publicada pelos alunos da Faculdade de Direito São Francisco
Jornal do Aprendiz (1911)	Publicação Official da Escola de Aprendizes Artifices de S. Paulo
Nevoas (1903)	Revista Literaria publicada pelo Centro Normalista
Onze de Agosto, O (1903 – 1914)	Órgão do Centro Acadêmico Onze de Agosto da Faculdade de Direito de São Paulo
Periódico, O (1911)	Mensario da Escola de Odontologia de São Paulo
Pharol, O (1906)	Orgam Imparcial de um Grupo de Alumnos da Escola de Comércio de São Paulo
Progresso, O (1903)	Revista Litteraria e Scientifica dos Estudantes do “Mackenzie College”
Revista Polytecnic (1904 – 1930)	Orgam do Gremio Polythecnico

Após o levantamento preliminar dos periódicos, empreendemos a sistematização dos dados encontrados e a construção das categorias de análise (CATANI, 1997), a partir dos temas recorrentes dos artigos das revistas, que considerou duas características principais: 1) conteúdos produzidos *sobre* as mulheres e 2) conteúdos produzidos *pelas* mulheres, mas não necessariamente destinados a elas. A partir do estudo das temáticas recorrentes e das categorias de análises criadas (maior número de artigos sobre cada uma delas), foi possível perceber a existência de duas formas recorrentes sobre como as mulheres eram retratadas nessas publicações. Na primeira categoria, prevalecem crônicas e piadas escritas por homens, mas também narrações de acontecimentos reais do cotidiano dos redatores dos periódicos. Destaca-se a construção de uma imagem de mulher como sendo inferior ao homem em artigos nos quais eram caracterizadas como fofoqueiras; faladeiras; preguiçosas; donas de casa; assanhadas, caso retribuíssem uma paquera; ou ingratas, caso as recusasse. Já na segunda categoria, textos produzidos pelas

mulheres, destacam-se o patriotismo e o civismo, temas recorrentes em grande parte dos periódicos analisados, assim como os textos literários, como poesias e crônicas que tratam do comportamento e das características femininas.

Dos 35 periódicos encontrados, 26 apresentaram conteúdos que se relacionavam com as categorias de análise estabelecidas. Destes, selecionamos para análise neste artigo dez periódicos escritos por estudantes ginasiais do Estado de São Paulo entre a virada do século XIX e o início do século XX, a saber: *O Estudo* (1920-1933), *O Aspirante* (1889), *O Porvir* (1902), *A Jurity* (1904), *Idea* (1910), *A Aurora* (1903), *Libertas* (1902), *A Alvorada* (1909), *O Beija-flor* (1899) e *O Condor* (1903). E quatro periódicos escritos por estudantes e órgãos do ensino superior ou profissionalizante: *O Academico* (1903), *O Onze de Agosto* (1910), *O Estímulo* (1914) e *Névoas* (1903), cobrindo, desse modo, todo o período e os níveis de ensino cuja presença feminina emergia naquele contexto social e histórico.

“Isto é que é mulher!”: características do imaginário feminino nos artigos sobre as mulheres

Na categoria de conteúdos escritos *sobre* as mulheres, mas não necessariamente destinados a elas, foram encontrados 74 registros que abordam a figura feminina a partir de crônicas, artigos, piadas, narrativas de acontecimentos cotidianos, poemas e contos de amor ou desilusões, dos quais apenas seis não retratam a imagem da mulher sobre a ótica do processo que corresponde à educação baseada na inculcação e incorporação das estruturas de dominação do masculino sobre o feminino. Trinta e dois dos conteúdos *sobre* as mulheres abordam, de alguma maneira, a caracterização da figura feminina a partir dos moldes de gênero, sendo representadas geralmente nos mesmos papéis sociais - mães, esposas e donas de casa -, e descritas sempre aos moldes da “feminilidade” – atraentes, gentis, amáveis, bonitas, vaidosas, quietas, tímidas, entre outras.

Em “Scismando” (*O CONDOR*, 1902, n° 1, p. 1-2), por exemplo, publicado pelo *Orgam do Gymasio Diocesano*, o autor narra que em meio a uma situação de conflito interno, ao relembrar de um passado feliz em “face d'um presente semeado de desenganos, ensopado de lagrimas e rendillindos pelos gemidos do martyrio”, ele percebe a imagem “consoladora”⁶ de sua “carinhosa mãe”, mostrando através da “figura

⁶ Nas citações diretas de excertos do período histórico em questão, optou-se por manter a grafia das palavras da época.

rosea dos seus lábios, o desabrolhar d'um sorriso tão puro como a flor de nenuphar, aviventada pelos ósculos da aurora”, que revivificou seu coração. Ao descrever essa lembrança, o autor utiliza apenas adjetivos que definem a figura de sua mãe como alguém caridosa, pura e delicada, capaz de sarar todos os sentimentos ruins que lhe afligiam.

De acordo com Bourdieu (2017, p. 110) “uma das estratégias do homem infeliz é fazer-se de criança para despertar as tendências de compaixão maternal que são, por definição, exigidas das mulheres” de modo que muitas vezes: “as mulheres preenchem uma função catártica e quase que terapêutica de equilíbrio da vida emocional dos homens, acalmando sua cólera, ajudando-os a aceitar as injustiças ou as dificuldades da vida. (*idem*, p.110).

Já no texto “Isto é que é mulher!” (A *AURORA*, 1903, nº2, p. 3), o autor falar de Augusta Verron, uma senhora formosa e rica que ao longo de sua vida casou-se 15 vezes, mas não tinha filhos. O tempo todo o texto exalta a beleza e a graça de Augusta, mas a julga ser estéril e lamenta: “se todas fossem assim... que seria do mundo?”. Mais uma vez vinculando a função maternal como dever de toda mulher, mesmo as consideradas “independentes” e livres.

A sessão “Pensamentos” (*LIBERTAS*, 1902, nº 1, p.4), do órgão do *Instituto de Sciencias e Letras do Gymnasio de S. Paulo*, apresenta em seus artigos duas analogias com a figura feminina como tema principal e aborda justamente sua imagem associada aos ideais do amor e da generosidade: “A religião é a poesia da inteligência; a mulher é a poesia do coração”, contrapondo-a à figura masculina representada por sua grandeza e inteligência:

Os homens arrastam-se pelas paixões femininas, e os governos pelas paixões políticas; estas aniquilam as leis e infelicitam um povo, enquanto que aquellas elevam a grandesa do homem; e aninham em seu coração todos os principios nobres e generosos; logo, é preferível ser adepto de um coração de mulher, do que d'um governo supremo. (*idem*, p. 4)

Ainda no mesmo periódico, foi publicado um conto que narra a história de três inseparáveis irmãs e as descreve - seus traços angelicais, seus belos cabelos, e seus jeitos dóceis e amáveis – construindo para cada uma delas uma representação do conceito de “feminilidade” e, no final do conto, percebe-se que as três irmãs são analogias para os conceitos de fé, de esperança e de caridade.

A dominação masculina, que constitui as mulheres como objetos simbólicos, [...] elas existem primeiro pelo, e para, o olhar dos outros, ou seja, enquanto objetos receptivos, atraentes, disponíveis. Delas se esperam que sejam “femininas”, isto é, sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, contidas ou até mesmo apagadas. E a pretensa “feminilidade” muitas vezes não é mais que uma forma de aquiescência em relação às expectativas masculinas, reais ou supostas, principalmente em termos de engrandecimento do ego. Em consequência, a dependência em relação aos outros (e não só aos homens) tende a se tornar constitutiva de seu ser (BOURDIEU, 2017, p. 96).

Outros conteúdos sistematizados referem-se às paixões, relações românticas, e desilusões masculinas sobre seus amores. No caso das paixões, as figuras femininas são mais uma vez descritas a partir do ideal de feminilidade, já no caso de términos ou paixões não recíprocas, são colocadas como ingratas e não merecedoras do amor. Ao narrarem os casos de amor e paixão, a ênfase está na construção e na idealização da beleza da figura feminina. Em “Amor fatal” (*O Aspirante*, 1889, nº11, p. 4), o autor narra a história de Luiz, rapaz que em um baile se encantou por uma “donzela formosíssima” e declarou sentir “um amor sincero que podia trazer a felicidade de ambos”, mas ela o rejeitou. Descontente, Luiz é devorado por uma febre e agoniza até a morte, exclamando até o último suspiro como a moça por quem se apaixonou era ingrata.

Em “Martyrio” (*O CONDOR*, 1903, p. 3), ao falar sobre a dor da morte de seu grande amor, “Esther”, o autor a designa como “a virgem”, e a define como “o prototipo vivo da formozura e do amor”, “a mulher ideal”, que lhe amou em todas as situações e circunstâncias e lhe serviu de alento em todas as aflições. Ao longo de todo o texto, ainda que lamentando saudosamente sua morte, a mulher referida pelo autor é caracterizada apenas por sua virgindade, sua fragilidade, sua beleza e sua bondade.

A sexualização da figura feminina acontece inclusive com uma criança em uma “poesia romântica” publicada pelo jornal do *Orgam do Centro Academico Onze de Agosto*, veiculado pelos alunos da Faculdade de Direito de São Paulo:

Quando eu a conheci ella era ainda
uma criança apenas, meiga e bella
e achei-a tão mimosa, terna e linda
que eu fiquei com os olhos postos nella

Como me lembra o seu olhar, a infinda
meiguice dessa voz que amor revela,
e o gracil riso com quem mais se alinda
a suave expressão do rosto della

Quantas vezes a vi correr, brincando,
á doce luz da tarde que morria, cabellos soltos, entre alegre bando

E inda conservo inteiras na retina suas feições gentis e-ó, phantasia!
o seu vestido curto de menina... (ONZE DE AGOSTO, 1910 Anno VIII nº2 p. 26).

As mulheres também são evidenciadas poucas vezes nos âmbitos público e político. Em *O Beija-flor*, três textos narram a trajetória do novo diretor, Pedro Voss, que ocupou “dignamente” o cargo após a exoneração da antiga diretora Miss Márcia P. Browne e agradecem intensamente ao diretor por sua atuação. Em seguida, após parabenizá-lo, o jornal conta um pouco sobre a história da escola, sempre elevando a personalidade das figuras masculinas que fizeram parte dela. Em contrapartida, ao abordar a nomeação da primeira diretora da escola, Miss Márcia P. Browne, relatam apenas a ajuda recebida por ela pelos professores da instituição durante o período de quase um ano em que foi diretora. (*O BEIJA-FLOR*, 1899, anno I, nº 4, p. 1-2).

Cabe destacar ainda, nos conteúdos dos textos produzidos sobre as mulheres, os conteúdos de humor (colunas ou “piadas”) envolvendo a figura feminina. Nestas piadas, a “graça” estava ao colocar as mulheres como “tolas/não inteligentes”. Na seção humorística de *O Porvir* (1902, nº14, p.3), uma das piadas narra um diálogo entre um homem que, em visita a uma casa, percebe uma aranha na parede e questiona se a dona da propriedade sabia o que aquilo significava, ao que a mulher logo responde “Aranha a tarde? Esperança? ”, e o homem responde ser “falta de vassoura”. Em outra piada, narra-se o diálogo entre uma mulher e seu marido, no qual ele a corrige por dizer “fatias de pães” e ela responde saber que não são “pães”, mas sim “pões” (*idem*, 1902, nº1, p.2), persistindo no erro. Há também um diálogo sobre a criação do homem que diz: “Quando Eva foi tirada da costela de Adão, disse o diabo: - Está bem agora já posso descansar”! “As mulheres não sabem perfeitamente senão o que jamais aprenderem.” (*O PORVIR*, 1902, nº1, p. 3). Em linhas gerais, as piadas publicadas se resumiam a reduzir e zombar da capacidade intelectual da mulher.

A Mãe, a Esposa e a Patriota: representações da figura feminina nos textos produzidos pelas mulheres

Na categoria de textos produzidos *pelas* mulheres foram encontrados cinquenta e três conteúdos, a maior parte deles publicado no jornal “*A Jurity*”, publicação escrita por alunas do 2º ano da *Escola Complementar Caetano Campos* em 1904. Destes, trinta e três são crônicas, acontecimentos ou poemas, sem nenhuma representação

“genericada” (LOURO, 1997) da mulher. Ainda assim, outros vinte conteúdos fazem referências à figura feminina, alguns da mesma forma estereotipada como os conteúdos *sobre* as mulheres escritos por homens.

Em todos os periódicos analisados percebemos diversas manifestações literárias publicadas, muitas vezes enviadas pelos próprios leitores, sendo praticamente todos de autoria masculina, sendo raras, mas não inexistentes, as crônicas escritas por mulheres, como por exemplo, o conto intitulado “O Engeitado”, escrito por Thereza Abranches (ESTUDO, 1921, nº 8-10, p. 33). A crônica narra a história de um menino morador de rua que, deslumbrado pelos cartazes e luzes de um teatro, entra pelos bastidores do espaço para assistir à peça que logo começaria. No palco, o cenário é um orfanato repleto de crianças abandonadas e, no meio de tantas, uma mulher que no passado havia ali deixado seu filho, busca reencontrá-lo. Por fim, já sem esperanças, a mulher faz uma última prece: “Ó Deus! Quem será o engeitado!?”. O menino, ainda escondido nos bastidores, se vê representado e responde: “Sou eu, moça! O engeitado sou eu!” (*idem*).

O destaque aqui dado está em torno de como a mãe em busca de seu filho é colocada a todo o momento como “desumana” e culpada pelo abandono - não o pai da criança ou outros familiares -, de maneira que seu sofrimento é tido como merecido, desconsiderando as circunstâncias que a levaram a deixar seu filho:

[...] Chegando agora ao outono da vida com suas inúmeras decepções, chorava sinceramente a falta d’aquella que era seu, exclusivamente seu, e de quem tanto poderia esperar amor. Sabia agora quanto lhe valeria ser mãe; e elle, o pobrezinho nunca soubera o que era ser filho! (ESTUDO, 1921, nº 8-10, p. 33).

Assim como nos conteúdos escritos por homens, há nos textos femininos a idealização do casamento e da mulher enquanto esposa. Em “Sonhos Mortos” (O ESTIMULO, 1907, Anno II, nº 10, p. 5), escrito por Beatriz Lacerda, o texto é direcionado à “querida amiga Yayá Ohi” e relata a espera de uma jovem por um suposto pedido de casamento, mas que descobre que seu amado vai se casar com outra mulher, tornando-a “muito retrahida e melancólica”.

Outras temáticas que se destacam nos textos produzidos pelas mulheres são o patriotismo e o civismo, temas predominantes em grande parte dos artigos publicados nos periódicos analisados - e escritos em sua maioria por homens. No texto de apresentação do jornal *A Jurity*, escrito por Romualda Dina, aluna da escola e redatora chefe do jornal, a autora define como objetivo do jornal “tomar parte no progresso de

sua querida pátria” (*A JURY*, 1904, nº1, p. 01) e clama por: Novos gritos e saudações patrióticas para o despontar da aurora; para os campos perfumados, para as horas brilhantes do sol! Novas notas melancólicas e doces para o declinar do dia, hora suave do crepúsculo. (*idem*).

Dois outros textos de autoria feminina e de cunho patriótico foram publicados em *Névoas*, revista literária publicada pelo *Centro Normalista*. O primeiro texto escrito por Angelina Cocolini (*NÉVOAS*, 1903, nº6, p. 6-7) e o segundo por Julietta Mallet (*idem*, p. 25-26), parabenizam o aniversário da Escola Normal Caetano de Campos: “Surge, enfim, mais uma vez, no bello horizonte da Pátria, o sol que demarca mais um cyclo de glória à instrução, a Escola Normal.” (*NÉVOAS*, 1903, nº6, p. 6). Ambos os textos agradecem o “[...] benemérito Dr. Prudente de Moraes [...]” (*NÉVOAS*, 1903, nº6, p. 26), responsável pela construção do edifício da Escola Normal na Praça da República, sendo assim considerado uma das grandes personalidades exaltadas nos textos patrióticos “[...] cujos feitos se acham gravados, em caracteres indeléveis, nas anti-fulgentes páginas da História Contemporânea” (*NÉVOAS*, 1903, nº6, p. 26). Os dois textos escritos por mulheres não se distanciam dos preceitos de civismo e patriotismo que caminhavam relacionados ao ideal liberal que ascendia no início do século XX, associado à possibilidade de salvar a nação e progredir através da instrução e do conhecimento:

A Escola é a fonte inexgotável onde os sedentos do saber procuram saciar-se; é o foco luminoso, cuja luz vivificante esparge raios seintillantes através dos cerebros embryonarios das creanças; é, finalmente, o templo sagrado da instrução, tendo por idolos os livros e por sacerdotes esses inclytos professores que, com suas sabias palavras, nos guiam pelo escabroso caminho da virtude e do saber [...] (*NÉVOAS*, 1903, nº6, p. 6)

O pensamento transposto no texto de Angelina coincide com os ideais e pensamentos vigentes da época, entretanto, diferente dos outros textos analisados, diferencia-se pelo breve posicionamento da autora acerca do acesso da mulher à instrução: “A mulher brasileira precisa ilustrar-se; mostrar ao mundo que ella não só dispõe de coração, como também dum cérebro bem desenvolvido” (*NÉVOAS*, 1903, nº6, p. 6). Aqui, podemos levantar a hipótese de que essa breve consideração apresentada no texto está ligada diretamente ao fato da autoria do texto ser de uma mulher estudante e brasileira, mostrando a movimentação feminina em torno das reivindicações pelo direito ao acesso em espaços da esfera pública.

Ainda assim, em meio a mais de duzentos volumes publicados pelos trinta e sete periódicos analisados encontramos um texto intitulado “Feminismo”, escrito por Augusta Piedade, que expõe e debate a relevância da causa. Destinado às mulheres, o texto levanta a problemática da estrutura patriarcal na qual as mulheres de todas as sociedades foram submetidas, e em seguida destaca a luta e as reformas que aconteciam fora do Brasil no contexto em prol dos direitos, da liberdade feminina e do acesso à educação por todas as mulheres. Aponta para as dificuldades enfrentadas pelas mulheres no Brasil na busca por igualdade e ascensão civil, apesar da promulgação da Primeira República, mas enxerga de forma positiva o futuro:

Para o nosso caso, apesar de modificado o sistema político pelo advento da República a 15 de Novembro de 1889 e de nós encontrarmos em um regime de liberdade e igualdade [...] ainda assim, a posição da mulher na sociedade bem pouco têm conquistado, embora devamos reconhecer que alguma coisa há sido feito para a sua independência, tais os ferrenhos costumes herdados de nossos maiores e os preconceitos que ainda perduram. O Brasil caminha francamente para uma melhoria que podemos denominar de completa regeneração, e fortalece-se o espírito e a esperança de que, dentro em poucos anos, a mulher brasileira verá rair também para si o momento de redenção. (IDEA, 1911, Anno II, nº, p. 4-5)

Por fim, a autora instiga as leitoras a pensarem as questões que lhes distanciam do acesso ao conhecimento escolar e aos cargos públicos.

[...] é bem frisante, que a mulher, quanto o homem, pelo seu critério e inteligência, pela força de vontade e aplicação bem como pela energia na ação é capaz para o profícuo desempenho de todos os cargos públicos, de todas as funções ainda as mais delicadas e de todas as ações mesmo as mais atrasadas e arrojadas, pertinentes à vida social, é a mulher, quanto o homem, capaz de aperfeiçoar-se no conhecimento de todos os ramos da ciência humana, é finalmente, quanto o homem, suscetível de contribuir para a conquista de maior soma de direitos e de garantias no interesse comum. [...] Se a mulher é, quanto o homem, capaz de aperfeiçoar-se em todos os conhecimentos [...] porque – consistam-me nessa interrogativa – manter a mulher neste grau de inferioridade ao homem na vida social? (*idem*)

Em seguida, a autora convida todas a se juntarem à luta pela conquista de sua “independência social”, além de citar e parabenizar algumas ex-alunas por suas conquistas no acesso ao conhecimento:

Isto posto, façamos um apelo às nossas patrícias [...] se preparem para a grande luta, em defesa do seu próprio direito na conquista de sua independência social [...] Chamemos sua atenção para as nossas jovens co-estudantes [...] as quais, após terem palmilhado com graça inigualável os verdejantes e mimozos vales das ciências e letras, sorridentes, animadas, fortalecidas, ergueram o vôo até a serena região do Direito, perlostraram os

bancos academicos e fizeram com notável destaque o curso das ciências sociaes e jurídicas, habilitando-se com isto, para as mais árduas e elevadas funções. (*ibidem*, p. 5)

Os textos escritos “por elas” durante o início do século XX abordavam temas que ora reproduziam a representação social vigente da mulher relacionada à maternidade e ao casamento, ora teciam comentários sobre acontecimentos sociais, temas políticos relacionados ao patriotismo e civismo e até panfletos mais críticos sobre a situação subalterna das mulheres e o feminismo. Pode-se inferir que existia uma consciência nascente sobre papel e representação social das mulheres nas páginas das revistas, que não pode ser desconsiderado na problematização da produção historiográfica educacional, tampouco da história das mulheres brasileiras.

Considerações finais

Ao mesmo tempo em que os grêmios e órgãos estudantis eram incorporados ao discurso de consolidação de espaços democráticos, foram também palco de reproduções de valores e identidades ditas masculinas e/ou femininas, como observamos nos poemas românticos (*ESTUDO*, 1921, nº4), nas “Crônicas sociais” e nos “concursos de beleza feminina e feiura masculina” (*AMÉRICA*, 1937-1940). Mesmo com a maior visibilidade pública das mulheres após a Proclamação da República, especialmente com a inserção das mulheres no mercado de trabalho como professoras primárias e nas escolas de massa como estudantes, elas permaneceram assumindo espaços subordinados e tendo ainda como prioridade seu papel nos cuidados com a família e o lar (ARAÚJO, 1998).

As organizações estudantis não estavam aquém destas condições, por exemplo, os cargos - quando - ocupados por mulheres nestas organizações eram enquanto adjuntas. A participação como autoras e/ou organizadoras nos periódicos analisados era mínima, sendo raras as publicações de autoria feminina, como encontramos no jornal *A Jurity* (1904) e no periódico *O Estudo* (1921). Neste sentido, apesar dos periódicos serem os principais meios de divulgação das pautas acadêmicas, a participação das mulheres ainda era minoritária, elas ocupavam cargos secundários e o número de mulheres participantes era expressivamente menor do que o de homens. Compreende-se, segundo Serra (2007), o masculino como sinônimo de “razão”, de consciência e, com isso, apto a possuir um espaço de maior prestígio na vida pública, enquanto que,

por outro lado, ao feminino era dada ênfase aos “sentimentos”, aos impulsos e aos “pecados”, estabelecendo assim, um lugar social afastado do conhecimento e do saber.

Os periódicos produzidos no contexto considerado para estudo não eram predominantemente elaborados “por elas”, mas, sim, “sobre elas”, de modo que os autores dos textos atuavam como “conselheiros” dos modos de agir e pensar sobre as mulheres, e, ainda, indicavam quais eram os “comportamentos adequados” para uma mulher. Esse processo de diferenciação social a partir dos gêneros é o que Louro (1997) denomina como “processo generificado”. Neste sentido, tanto os periódicos estudantis quanto o contexto social contribuíram para a criação da imagem de um sexo feminino entendido como “sexo frágil” e “perfeito para cuidar do lar” e dos filhos. As representações de gêneros presentes nos textos e artigos perpassavam o campo literário e emergiam nos costumes sociais, afetando diretamente o modo como as mulheres eram vistas e tratadas perante a sociedade. Desse modo, os grêmios e associações como espaços destinados a elaboração da cidadania apresentam-se inicialmente como sendo mais um instrumento de normatização dos ideais de mulher, casamento e família que predominavam na sociedade da virada do século XIX e início do século XX.

Referências

Fontes primárias:

ACADEMICO, O. **Orgam Scientifico e Litterario dos alunos da Faculdade de Direito de São Paulo** N° 3-4. São Paulo, 1901-1904.

ALVORADA, A. **Orgam do gremio literário “Sílvia de Almeida”**. N° 1. São Paulo, 1909.

ASPIRANTE, O. **Folha imparcial, literária e noticiosa do orgam dos alumnos do externato Santo Antonio**. N° 11. [Versão eletrônica]. São Paulo, 1889.

AURORA, A. **Orgam de alumnos do Instituto Silvio Almeida**. N° 2. São Paulo, 1903.

BEIJA-FLOR, O. **Orgam da Escola Modelo Prudente de Moraes**. N° 4. São Paulo, 1899.

CONDOR, O. **Publicação produzida pelo Gymnasio Diocesano**. São Paulo, 1903.

ESTIMULO, O. **Revista do Grêmio Normalista 2 de Agosto**. São Paulo, 1914

ESTUDO, O. **Revista do órgão dos corpos docente e discente do Gymnasio Anglo-Latino** (antiga Escola Guerreiro). N° 1-22. São Paulo. 1921-1933

IDEA, A. **Órgão humorístico, literário e noticioso dos almnos do Gymnasio** Macedo. São Paulo, 1910

JURITY, A. **Publicação das alunas do 2º ano da Escola Complementar Caetano Campos**. Nº 1 e 2. [Versão eletrônica]. São Paulo. 1904.

LIBERTAS. **Instituto de Sciencias e Letras do Gymnasio de S. Paulo**. Nº 1. São Paulo. 1902.

NÉVOAS. **Revista literária publicada pelo centro normalista**. Nº6. São Paulo. 1903.

ONZE DE AGOSTO. **Órgão do Centro Acadêmico 11 de Agosto**. São Paulo. 1903 – 1914.

PORVIR, O. **Orgam dos alumnos externos do Instituto de Sciencias e Letras**. Nº 1 e 14. São Paulo. 1902

LIVROS E ARTIGOS:

ARAÚJO, Helena Costa. (1998). **Em torno da cidadania e do gênero - a produção de discursos de educadores/as e mudança cultural: razões para um otimismo?**. In: SOUZA, C. P. de; CATANI, D. B. (org.) *Práticas Educativas, Culturas Escolares e Profissão Docente* São Paulo: Escrituras, 1998, p. 41-50.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kuhner. 4. ed. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2017.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Gênero, educação e ciência. In: MACHADO, Chaliton José dos Santos; SANTIAGO, Idalina Maria Freitas Lima; NUNES, Maria Lúcia da Silva (org.) **Gêneros e práticas culturais: desafios históricos e saberes interdisciplinares**. Campina Grande: EDUEPB, 2010. p. 231-.244.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A Escola e A República** e outros ensaios. 1. ed. Bragança Paulista: EDUSF, 2003. v. 1. 356p.

CATANI, Denice Barbara; BASTOS, Maria Helena Camara. **Educação em revista: a imprensa periódica e a história da educação**. São Paulo. Escrituras, 1997.

_____; SOUSA, Cynthia Pereira de. (org.). **Imprensa Periódica Educacional Paulista (1890-1996)**. São Paulo: Plêiade, 1999.

CHÂTEAU, J. **Os grandes pedagogistas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

CRUZ; HELOISA, F. C. (org.). **São Paulo Em Revista: Catálogo de Publicações da Imprensa Cultural e de Variedades Paulistana -1870/1930**. São Paulo: Arquivo do Estado/CEDIC/PUC/Imprensa Oficial, 1997.

- FILHO, C. A. P. G. **Escola de Primeiras Letras: o ensino público primário em Pernambuco durante a segunda metade do século XIX.** Tese de Doutorado. Pernambuco: UFPE, 2016.
- LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, R. **Da chibata ao magistério: a trajetória da educação feminina no Brasil patriarcal.** São Paulo: Ática, 2001.
- LOURO, Guacira Lopes. Gênero e Magistério: identidade, história, representação. In: Catani, D; Bueno, B. O; Sousa, C. P de e Souza, M.C.C.C. **Docência, Memória e Gênero: estudos sobre formação.** São Paulo: Editora Escrituras, 1997, p. 7 -84.
- LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del (org.); PINSKY, Carla Bassanezi (coord.). **História das mulheres no Brasil.** 9 ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- FRAGA, Andréa S. **Imprensa estudantil e práticas de escrita e de leitura: a revista "O Estudo".** Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUCRS, 2012.
- MACIEL, Laura Antunes. **Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e Imprensa- 1880/1920.** In.: FENELON, Déa Ribeiro, et al(org.). **Muitas memórias, outras histórias.** São Paulo: Olho D'Água, 2004. p. 14-40.
- PERRENOUD, P. **Ofício de aluno e sentido do trabalho escolar.** Porto, Porto Editora, 1995.
- RABELO, J. O.; COSTA, M. O.; MARTINS, B. T. In: A EDUCAÇÃO FEMININA NO BRASIL EM MEADOS DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX. **Anais on-line ENFOPE 2015,** 2015, p. 01-16.
- SCHUELER, A. F. M.; Magaldi, Ana Maria. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. **Tempo. Revista do Departamento de História da UFF,** v. 26, 2009, p. 32-55.
- TRINDADE, S. A.; MENEZES, I. R. A educação na modernidade e a modernização da escola no Brasil do final do século XIX e início do século XX. **Revista HISTEDBR On-line,** v. 36, 2009, p. 124-135.
- ZICHIA, Andrea de Carvalho. **O direito à educação no Período Imperial: um estudo de suas origens no Brasil.** Tese de Doutorado – USP, São Paulo, 2008.